

ILMO. SR. PREGOEIRO HALLEN DUARTE DA SILVA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

231

Referência: Pregão nº 0777/2016 - Razões de recurso

SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.462.643/0001-08, com sede no CLSW 303 Bloco C, Edifício Le Pare, Salas 110, 111 e 112, Sudoeste, Brasília - DF, CEP 70.673-623, vem perante Vossa Senhoria, respeitosa e tempestivamente, apresentar **RAZÕES DE RECURSO** contra a habilitação da licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor.

1. DO OBJETO DO RECURSO

A recorrente se insurge contra a habilitação da licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP, tendo em vista que a mesma apresentou declarações de companhias estrangeiras em nome de terceira empresa (não em nome próprio), o mesmo ocorrendo com o certificado de credenciamento na IATA - *International Air Transport Association*, da mesma forma, em nome da M A Travel Operadora.

A questão é elementar: documentos de terceiro sem prova de vínculo.

2. DAS RAZÕES DE RECURSO

Para fins de qualificação técnica o edital do pregão estabeleceu no item 9.8.3. exigência de declaração de companhias aéreas brasileiras, que poderia ser substituída por declaração de consolidadora, conforme item 9.8.4, mesma coisa ocorrendo nos itens 9.8.5 e 9.8.6 para os bilhetes internacionais.

UDESC/SEPROT	
Protocolo nº	673/13
Entrada	Dia
	Hora

Endereço: CLSW 303 Bloco C, Edifício Le Pare, Sala 110, Sudoeste - Brasília-DF
Tel: (61) 3013-4150/3364-9035
E-mail: slc@slcviagens.com.br; slcbsb@slcviagens.com.br
CNPJ: 04.462.643/0001-08

Liana Cristina Troggiani
Liana Cristina Troggiani
Técnica Universitária de Execução
UDESC
483-01



No termo de referência (anexo I), itens 4.3 e 4.4 e seus respectivos subitens 4.3.1 e 4.4.1, constam as mesmas regras.

Não se pode usar documentos de terceiros sem **haver o respectivo contrato de consolidação entre consolidada e consolidadora, prova de vínculo que respalda a utilização** de documento "emprestado".

Se não apresentado contrato entre as empresas o ente público não terá prova das obrigações existentes entre essas empresas, para fins de respaldo do contrato que a licitante assumirá com o ente público contando com bilhetes aéreos a serem emitidos via consolidadora.

Consolidada é uma agência que trabalha por meio de uma relação comercial com outra agência maior, ou seja, a consolidadora, sendo essa a razão que se aferir os vínculos obrigacionais entre as duas empresas.

Essa matéria é conhecida há mais de 10 (dez) anos no Tribunal de Contas da União, mas sempre com a **prova do vínculo contratual entre licitante e a terceira empresa**.

Observe-se o "leading case", Acórdão nº 1.677/2006 - Plenário:

*"...De fato, exigências que findam por obstruir a participação de agências de viagens 'consolidadas', como é o caso da empresa representante (que juntou aos autos **CÓPIA DO CONTRATO ASSINADO com a Intervisa Brasiliense Agência de Viagens Ltda., sendo esta a agência de viagem 'consolidadora'**), prejudicam o caráter competitivo do certame".*

No Acórdão nº 112/2007 – Plenário (também TCU), foi manifestado mesmo entendimento da necessidade de **cópia do contrato de consolidação que viabiliza fornecimento de bilhetes por intermédio da consolidadora, porque somente essa é quem possui a relação direta com as companhias aéreas**.

Mas não foi isso que ocorreu no presente pregão, pois os documentos ligados às companhias aéreas e credenciamento perante a IATA foram apresentados pela licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP, mas estão em nome da empresa M A Travel Operadora e não se tem absolutamente nada da relação contratual (obrigacional) entre essas duas empresas, portanto, contrato que envolverá relação de intermediação mas sem qualquer prova do vínculo, do prazo de vigência, eventual regra de prorrogação, etc.



A UDESC não pode fechar contrato com obrigações que dependem de terceira empresa e não se tem o contrato que detalhe obrigações, continuidade etc.

No fundo, os documentos apresentados não passam de documentos de terceiro e não da licitante, sendo as duas pessoas jurídicas distintas, com seus próprios sócios e suas próprias obrigações, razão pela qual os citados itens do edital estão descumpridos (não foi criada a vinculação para dar base de validade e aceitação de qualquer documento de outra pessoa jurídica).

E aqui somente se pode afirmar que uma determinada agência de viagens é realmente consolidada de outra com o contrato, com perdão da repetição.

A aceitação de documentos de terceiro sem ligação contratual desse com o licitante inviabiliza a habilitação ora recorrida, porque habilitação pressupõe certeza de condições técnicas da licitante, no caso, a cadeia de ligação completa até as chegar às companhias aéreas nacionais e internacionais (se esse vínculo não é direto deve ser comprovado por contrato de fornecimento intermediado dos bilhetes).

Também, não basta à ARANCIBIA afirmar que certificado da IATA, por exemplo, teria sido emitido anteriormente a alteração contratual consolidada, porque não se admite nos processos licitatórios meras alegações verbais, sem provas.

Isso é o mesmo que esquecer de juntar contrato social...

Por que a empresa nada se trouxe de prova para a sessão do pregão no dia e hora marcados, se ela teve o mesmo tempo de antecedência para preparar os documentos, fossem de consolidação de contrato social, fossem de prova de vínculos com empresa consolidadora?

Assim sendo, **não comprovada a regular habilitação técnica da licitante, com documentos em seu próprio nome ou de terceiro mas a ela ligado por prova contratual (para prova da completa cadeia de emissão de passagens), prova, aliás, durante a sessão do pregão, foi inobservado o princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 37, incisos XXI, da Constituição Federal e artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/93.**

Também os princípios da isonomia no tratamento e igualdade entre licitantes (artigos 5º e 37, inciso XXI da Constituição Federal e artigo 3º da Lei nº 8.666/93) foram violados, porque **não pode empresa participar de certame público para contrato de passagens aéreas sem prova de sua cadeia de fornecimento, o que é essencial que seja documentado no pregão e na presença dos outros licitantes.**

Agora nem se pode mais fazer diligências para se juntar tardiamente quaisquer documentos, porque **isso é vedado** pelo artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 (*"É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta"*).

E o caso concreto é ausência de documento essencial à comprovação de relação jurídica entre licitante, intermediária e companhias aéreas, sendo que isso não pode ser suprido depois (nem se trata de mera confirmação de documento pré-existente, mas ausência de documento) sob pena de quebra também do princípio da impessoalidade, do artigo 37 da Constituição Federal.

Não pode se admitir na Administração Pública ato com privilégio subjetivo a licitante para juntar informação ou documento, qualquer que seja, para demonstrar, após sessão pública, relação obrigacional (de fornecimento intermediado de produtos ou serviços) não comprovada no tempo e modo, na sessão do pregão.

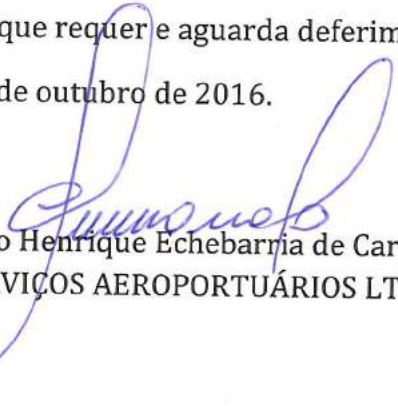
Isonomia, lembre-se, é uma das finalidades de licitar constantes da Lei Geral de Licitações e ato que contraria finalidade legal é nulo, de forma insanável.

3. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso, para que seja **inabilitada a licitante ARANCIBIA Turismo Ltda EPP**, com o prosseguimento do pregão para **declarar vencedora do certame a SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME**.

Termos em que requer e aguarda deferimento.

Brasília, 11 de outubro de 2016.


Cláudio Henrique Echebarria de Carvalho
SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0777/2016

EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.895.250/0001-64, com sede na Rua Marechal Guilherme, nº 147, 8º andar, bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar as razões de seu **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que declarou o vencedor do Pregão Presencial nº 0777/2016, na forma do item 11 do Edital e do artigo 41 da Lei 8.666/93, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. A proposta apresentada pela AGÊNCIA ARANCÍBIA TURISMO LTDA EPP foi declarada vencedora. Na referida proposta, o total percentual global de desconto foi de **88,51**. Como não se teve o adequado dos elementos de custos estabelecido pelo prazo de 24 horas dados pelo Edital PARA AGÊNCIA DECLARADA VENCEDORA, iremos fazer algumas suposições para demonstrar como o valor da proposta é INEXEQUÍVEL.

PERCENTUAL DE DESCONTOS PARA A MELHOR PROPOSTA DE 88,51

DESCONTOS ELEMENTOS	DU - AÉREO	TARIFA PASSAGENS TERRESTRE	TARIFA SEGURO DE VIAGEM	MELHOR OFERTA
PESO	0,78	0,2	0,02	88,51
1ª OPÇÃO	100	42,55	100	88,51
2ª OPÇÃO	109,88	10	40	88,51
3ª OPÇÃO	100	10	425,5	88,51

2. À todas as luzes, o valor ofertado é zero ou negativo, e, por conseguinte plenamente inexecutável, conquanto não preenche requisito essencial de aceitabilidade da proposta, qual seja, que contemple todos os custos despesas inerentes à prestação do serviço, não existindo incentivo no mercado de turismo que cubra o prejuízo desta proposta.



Rua Marechal Guilherme, 147 – 8º Andar – Fone (48) 3212-0600 – fax (48) 3212-0601

CEP: 88015-000 – Florianópolis / SC

Site: www.emcatur.com.br / e-mail: emcatur@emcatur.com.br



UDESC/SEPROT	
Protocolo nº	702/16
Entrada Dia	11/10/16
Hora	15h 4m

3. O agenciamento de passagens aéreas é serviço complexo, que pressupõe a manutenção de infraestrutura, profissionais e *software* para atendimento das necessidades da contratante. O detalhamento far-se-ia mediante a apresentação de planilha de custos, em observância à determinações do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

9.5. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que:

9.5.1 avalie a conveniência e a oportunidade de rever as disposições da IN nº 7/2012, que regulamenta a contratação de prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas na Administração Pública, a fim de inserir no referido normativo:

9.5.1.1. exigência de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, assim como orientação aos pregoeiros para que verifiquem a exequibilidade das propostas ofertadas; (grifo acrescido)

4. Do mesmo modo, o detalhamento do preço unitário tem como função precípua verificar a exequibilidade da proposta apresentada. Assim, dispõe o artigo 29-A da Instrução Normativa MPOG nº 2/2008 que *"A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço"*.

5. Destarte, também o § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666/93 impõe a inaceitabilidade de propostas inexequíveis, nos seguintes termos:

Art. 44 ... § 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6. Dessa forma, a teor do regramento legal aplicável à espécie, certo é que a evidente inexecuibilidade da proposta impõe ao agente administrativo a sua não aceitação. Nesse sentido, como anota MARÇAL JUSTEN FILHO, *"A licitação não se destina pura e simplesmente a selecionar a proposta de menor valor econômico, mesmo quando adotado o tipo menor. Visa a selecionar a proposta de menor valor que possa ser executada satisfatória e adequadamente."*¹.

7. Aliás, nesta mesma linha, o julgado do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, trazido à baila pela recorrente, trata precisamente de licitação para a contratação de empresa de agenciamento de passagens aéreas, na qual foi ofertado preço similar a zero, conforme explicitado em trecho do acórdão:

65. A manifestação da ABAV-DF à peça 36 é extremamente elucidativa nesse contexto. Segundo afirma a associação, se a taxa de agenciamento é a única receita a ser auferida atualmente pela agência de viagens, certamente a proposição de valor zero ou similar torna automaticamente a proposta inexecuível, já que a agência tem custos inerentes à própria contratação, dos quais não pode simplesmente abrir mão, tais como: despesas administrativas/operacionais, mão de obra, tributos, garantia contratual, recursos tecnológicos, etc. Defende, pois, que os editais licitatórios exijam planilhas de custos contendo a descrição pormenorizada desses itens, espelhando a transparência necessária às operações públicas (peça 36, p. 9/11).

66. Tem razão a ABAV-DF em sua tese. Os órgãos públicos devem resguardar-se de empresas aventureiras e aprimorar seus controles, exigindo nas licitações as planilhas que compõem os custos das empresas e verificando a exequibilidade econômica das propostas. Tal medida será objeto de recomendação à SLTI, para que avalie a conveniência e oportunidade de rever o normativo que regulamenta a contratação de prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas na Administração Pública, a fim de incluir exigência de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, assim como orientação aos pregoeiros para que verifiquem a exequibilidade das propostas ofertadas. (Grifo acrescido)

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2013, p. 709.

8. Neste diapasão, ao reconhecer a exigibilidade de planilha de custos, a Corte de Contas também reconheceu e consignou que propostas com valor próximo a zero são automaticamente consideradas inexequíveis, vez que a planilha de custos objetiva demonstrar o nível de lucratividade contido no próprio valor de preço unitário apresentado pela licitante.

9. Nesse cenário, sabe-se que apresentação de proposta similar a zero se dá em razão da perspectiva da licitante de eventualmente obter benefícios econômicos diretamente junto às companhias aéreas em razão da intermediação das passagens frente à Administração Pública, que vai contra a orientação normativa constante da **SLTI Nº 04, de 30 de setembro de 2014** como segue:

V- para os casos da **Instrução Normativa nº7**, de 24 de agosto de 2012, que institui o modelo de contratação para prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, além do disposto no art.1º e incisos I ao IV desta orientação Normativa, eventuais incentivos, sob qualquer título, recebidos pelas agências de viagens das companhias aéreas poderão constar da planilha de custos, desde que a informação seja comprovada por meio de cópia do contrato ou instrumento similar, anexado aos autos do procedimento licitatório.

10. Com efeito, o pretense benefício a ser obtido junto às companhias aéreas não encontra amparo jurídico, eis que o instrumento convocatório prevê tão somente o pagamento de preço unitário pelo serviço de agenciamento como forma de remuneração. A bonificação outorgada pelas companhias aéreas é remuneração paralela, pautada pela informalidade e sem relação contratual ou qualquer outra garantia de sua efetivação. Essa sistemática, com o condão de acarretar prejuízos consideráveis à Administração, na hipótese de tais agências não lograrem obter esses benefícios perante as companhias aéreas. Dessa forma, por se tratar de elemento estranho às disposições do edital e do superveniente contrato, tal bonificação não poderia ser tomada em consideração para fins de aferição da exequibilidade da proposta.

11. Dessa sorte, requer-se o recebimento deste recurso, com seu final provimento para o efeito de desclassificar a proposta apresentada pela licitante ARANCÍBIA Turismo Ltda EPP, bem como outras que eventualmente mostrem o mesmo vício, ante o reconhecimento da inexecutabilidade da proposta apresentada.

Pede deferimento.

Florianópolis, 11 de outubro de 2016.



Daniela Zanoni Araujo
Gerente Administrativa
Emcatur Viagens e Turismo Ltda.



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

241

A
Universidade do Estado de Santa Catarina
Pregão Presencial nº 0777/2016

A/C Comissão de Licitações

Referente a contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, bem como demais serviços correlatos.

ARANCÍBIA VIAGENS LTDA, CNPJ nº 89.624.373/0001-47 sediada na Rua dos Andradas, 955/402 - Centro - Porto Alegre - RS, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar tempestivamente sua **CONTRARAZÃO** aos recursos interposto.

Nossa empresa encontra-se no mercado do turismo a 30 anos, sempre agindo com profissionalismo e idoneidade, cumprindo com todas as obrigações tributárias e trabalhistas, possuímos profissionais altamente habilitados e capacitados e somos cadastrados em todos os órgãos regulamentados (Embratur - Certificado Cadastur, Abav - Associação Brasileira das Agências de Viagem pela profissão, SNEA - Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, incluindo também o IATA - International Air Transport Association - (certificado concedido apenas para as agências autorizadas a emitir passagens aéreas internacionais e nacionais on line).

Temos ciência que em todo processo licitatório deve ser assegurado a lisura e eficiência nos gastos públicos sendo a licitação ato vinculado, por meio do qual seleciona-se a melhor proposta, sendo assim, afirmamos que nossa proposta atendeu a todas as exigências do edital e da lei, trata-se de uma oferta plenamente exequível, consciente e similar a propostas já apresentadas e aprovadas em outros certames, fora os fatores já mencionados a proposta apresentada não se enquadra no conceito legal de proposta inexequível pois, inexistindo limites impostos pelo edital, interpreta-se despropositada esta alegação.

A proposta apresentada baseia-se nas diretrizes da Lei, tendo como referência as exigências do edital.

As razões apresentadas pelas concorrentes não procedem, uma vez que, estamos cumprindo com todas as questões legais previstas em lei, garantimos a execução do contrato sim, em toda sua operacionalidade assim como garantimos a transparência e qualidade dos serviços apresentados. Possuímos estrutura com recursos de informática, pessoal qualificado e equipamentos capazes de atender com eficiência a mais este contrato, sem ter a necessidade de novos investimentos, além disso, assim como nossas concorrentes, temos benefícios indiretos das Cias aéreas, onde os mesmos são gerados com base no

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.

UDESC/SEPROT	
Protocolo nº	936/16
Entrada	Dia 14.10.16
	Hora Via correio Sedex

51220502 228 BR



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

242

volume de vendas desta agência. Estes incentivos pertencentes a nossa agência, serão distribuídos entre os demais serviços, suprimindo assim a margem ofertada em seção. Sendo assim a administração de nossa empresa, não vê a necessidade de onerar os cofres públicos.

Esta prática é a utilizada por diversas outras agências em outros certames, o que firma ser uma prática real e não um ato na contramão, como menciona a recorrente.

Considerando a nova realidade do mercado e tratando-se de exequibilidade não cabe desclassificar a proposta sobre a pretensa alegação de que a mesma ser inexequível, se assim fosse estaríamos afrontando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que é o princípio básico a ser observado na condução do certame sob pena de quebra da isonomia, conforme artigo a seguir 3º da Lei de Licitações.

..... Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

Ainda Marçal Justein Filho ressalta em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos, 2005, conforme conteúdo transcrito a seguir:

[...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública [...], como bem fez a Ilustre Comissão, e ainda ressalta em outro trecho: [...] Nem mesmo vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las.[...].

O próprio Tribunal de Contas da União já se posicionou que, no que se refere à inexequibilidade, entende que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosa para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objeto do Estado, espoliar o particular. Por outro lado, cabe ao próprio particular a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar. (Acórdão 697/2006 – Plenário).

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

243

Não bastando isso, mostra-se extremamente salutar para a Administração Pública que as empresas prestadoras dos serviços possam manejar seus instrumentos contratuais e suas relações de mercado de tal forma a propiciar sempre a melhor proposta e os melhores serviços para os contratos públicos, para além de sua conformidade com o entendimento jurisprudencial, inexistindo motivo fático ou jurídico para o provimento de recurso manejado.

Referindo-se a apresentação da documentação apresentada em nossa **qualificação técnica**, as afirmativas de nossa concorrente, em dizer que os documentos apresentados são de terceiros e não apresentam vínculo com nossa empresa, não deve prosperar.

Primeiramente não utilizamos nenhuma Empresa Consolidadora, as declarações apresentadas estão todas em nome da nossa agência, com referência ao nosso CNPJ. Quanto ao Certificado IATA (*International Air Transport Association*) apresentado em nome de M.A. Operadora, vincula-se sim a Arancibia Vigens Ltda, pois refere-se ao nome fantasia utilizado por nossa agência anteriormente a nossa alteração contratual. Ocorre que a renovação deste certificado se faz necessária apenas uma vez ao ano, sob pagamento de uma taxa com valor bem significativo e ocorre normalmente no mês de janeiro. Nossa alteração contratual foi feita em março, sendo assim posterior a emissão do certificado. Conforme prevê a Lei, nossa alteração contratual é Consolidada e Registrada na Junta Comercial, o que nos deixa isentos da apresentação das alterações contratuais anteriores.

O procedimento de consolidar num só documento todas as alterações feitas no contrato original, facilita o seu manuseio e evita a perda das alterações, principalmente no caso de haver dezenas de alterações. Sendo assim não vemos apoio jurídico para a inabilitação de nossa empresa, pois é sabido que todas as alterações até ali estão consolidadas em um só documento, este registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

A não aceitação do referido documento estaria indo contra a própria Lei.

As alegações da SLC Viagens, não devem majorar, pois a documentação apresentada, não refere-se a terceiros e sim a Arancibia Viagens Ltda, cumprindo-se assim todas as exigências do edital.

Sendo assim afirmamos que o certame atendeu a todos os princípios constitucionais e administrativos atendendo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e que as alegações das recorrentes **não devem prosperar**, desta forma afirmamos que:

A proposta vencedora é exequível, consciente atendendo a todas as exigências do edital e seus anexos.

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.




SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

244

Ante o exposto requeremos a Vossa Senhoria que receba as contrarrazões aqui aduzidas em memorial, para negar provimento aos recursos interpostos, mantendo a decisão da ilustre comissão, que declarou a empresa **ARANCIBIA VIAGENS LTDA** como vencedora, vez que a recorrida atendeu a todos os requisitos do edital e da lei;

Porto Alegre, 13 de outubro de 2014.


Tahlana Baroni Becker
RG: 1084541091 CPF: 004.256.730-06
Sócia - Diretora

89.624.373/0001-47

ARANCIBIA VIAGENS LTDA.

RUA DOS ANDRADAS, 955-SALA 402
CENTRO HISTÓRICO-CEP 90.020-005
PORTO ALEGRE-RS

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.

ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME**NIRE 43.200.720.711**

245

CNPJ 89.624.373/0001-47**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

TAHIANA BARONI BECKER, brasileira, empresária, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, que em virtude do casamento passa a chamar-se **TAHIANA BARONI BECKER MAEDA**, nascida em 19/03/1983, natural de Porto Alegre/RS, portadora da carteira de identidade nº 1084541091, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob nº 004.256.730-06 e

FERNANDO SATOSHI MAEDA, brasileiro, empresário, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido 18/05/1980, natural de Porto Alegre/RS, portador da Carteira de Identidade nº 1074209683, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF sob nº 970.230.000-20, ambos residentes e domiciliados em Viamão-RS, a rua Pardal, nº 498, Condomínio Buena Vista.

Sócios da sociedade limitada **ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 89.624.373/0001-47, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 270, coj. 305, CEP 90020-060, Porto Alegre/RS, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 43.200.720.711, em 01/02/1984, e posteriores alterações, resolvem na melhor forma de direito, Alterar e Consolidar o seu Contrato Social como segue:

1- ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A empresa passa a ter sua sede na rua **Jerônimo Coelho**, nº 102, sala nº 11, Bairro Centro, em Porto Alegre – RS, CEP 90010-240.

2 - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

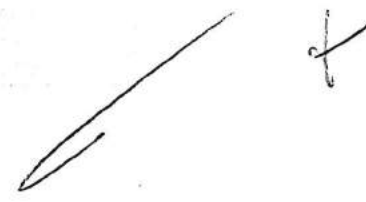
A sociedade será administrada por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições administrativas, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alinear bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulares pertinentes, que será levada à conta de Despesas Gerais.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não alcançadas por este instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Após as alterações efetuadas, os sócios resolvem consolidar o seu contrato social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO, SEDE OBJETO E DURAÇÃO

Primeira: ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME, é uma sociedade limitada, regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais e aplicáveis, e utiliza o nome fantasia **M A TRAVEL OPERADORA**.

Segunda: A sociedade tem por objeto social a dedicação exclusiva as atividades de agência de viagens, turismo e eventos, conforme legislação em vigor.

Terceira: A sociedade iniciou suas atividades em 01/02/1984 e tem duração por tempo indeterminado, podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Quarta: A sociedade tem sua sede na **rua Jerônimo Coelho, nº 102, sala nº 11, Bairro Centro, em Porto Alegre - RS, CEP 90010-240.**

DO CAPITAL SOCIAL E REPONSABILIDADE

Quinta: O capital é de 188.500,00 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais), dividido em 188.500 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional, distribuído da seguinte forma:

FERNANDO SOTOSHI MAEDA	detém	94.250 cotas	R\$ 94.250,00	50%
TAHIANA BARONI BECKER MAEDA	detém	94.250 cotas	R\$ 94.250,00	50%
TOTAL		188.500	R\$ 188.500,00	100%

Sexta: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Sétima: As cotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração pertinente.

Parágrafo Único: A aquisição de cotas do sócio retirante, pela sociedade será feita com a utilização de fundos disponíveis e sem ofensa ao capital social.

Oitava: O cotista que quiser transferir suas cotas de capital ou parte delas, comunicará por escrito à sociedade, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso, se a sociedade não tiver exercido o direito de preferência que lhe é assegurado na

cláusula anterior, e ainda se o sócio remanescente também não interessa a aquisição das cotas oferecidas, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

247

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Nona: A sociedade será administrada por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições administrativas, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alinear bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Parágrafo Único: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar um retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes, que será levada à conta de Despesas Gerais.

DO EXERCÍCIO, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Décima: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sócia administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a liberação do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Décima Primeira: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que levantar-se-á o balanço da Sociedade e demais demonstrações financeiras, na forma e nas condições determinadas em lei.

Parágrafo Primeiro: Os resultados apurados serão distribuídos entre os sócios, não havendo necessidade de se observar a participação dos sócios na capital social para essa distribuição, depois de constituídas as reservas exigidas em lei ou as que forem julgadas oportunas.

Parágrafo segundo: Os lucros apurados em balanço anuais serão divididos entre os sócios na proporção de suas participações no capital social, salvo se deliberado em contrário pelos sócios que representam $\frac{3}{4}$ (três quartos) ou mais do capital social. Entretanto, a critério da administração, poderão ser mantidos em cotas de fundo de reservas, ou em suspenso, de acordo com os interesses da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais prejuízos, apurados em balanços anuais, serão suportados pelas sócias, na proporção das cotas de capital por elas subscritas; entretanto será facultativo à administração mantê-los em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros, desde que permitido pela legislação.

Décima Segunda: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as cotas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DE RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Décima Terceira: Manifestada, por escrito, a intenção de um ou mais sócios de se retirar da sociedade, com um antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá o outro



sócio optar entre a dissolução de sociedade ou a compra das cotas do sócio retirante, apurados e pagos seus haveres na forma e nos prazos da décima quinta cláusula.

Décima Quarta: Os sócios de detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social integralizado, poderão a qualquer tempo, por qualquer motivo, excluir da sociedade um ou mais sócios. Tenho para tanto, poderes para alterar seu contrato social.

Décima Quinta: As cotas de capital do sócio retirante, excluído ou inabilitado, serão apuradas na proporção em que estiverem integralizadas, conforme Balanço que se levantará até trinta dias após o evento. Tão somente para efeito de apuração do valor real do Patrimônio Líquido. Os bens móveis e imóveis da sociedade serão considerados pelos valores registrados na contabilidade, não cabendo avaliação pelo valor de mercado. A sociedade poderá pegar as cotas do sócio retirante, excluído ou inabilitado em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juro anual de 12 %"

Décima Sexta: Em caso de morte ou de interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá. As cotas do falecido a cargo da maioria simples do capital social, aceitar ou não como sócio os herdeiros legais.

DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Décima Sétima: Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão os liquidantes, determinando seus poderes, função e remuneração. O valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva, em relação a seu sócio.

DO DESEMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Décima Oitava: As divergências, que por ventura surgirem entre os sócios, serão dirigidas por árbitros, competindo a cada sócio a escolha de um, em caso de empate, escolherão um terceiro para proferir a decisão.

Décima Nona: A sociedade, em qualquer tempo, poderá transformar o seu tipo jurídico em outro.



Vigésima: A modificação do Contrato Social dar-se-ão de acordo com a o artigo 997 á 999 do Novo Código Civil.

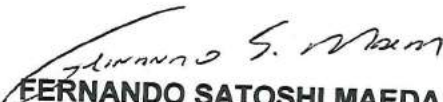
Vigésima Primeira: A sócia administradora declara, sob as penas de lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime familiar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Vigésima Segunda: Fica eleito o foro de Porto Alegre/RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem juntos e contratados, assim a presente Alteração e Consolidação do Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 02 de maio de 2013.


TAHIANA BARONI BECKER MAEDA
CPF 004.256.730-06


FERNANDO SATOSHI MAEDA
CPF 970.230.000-20

ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME

NIRE 43.200.720.711

CNPJ 89.624.373/0001-47

249

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

TAHIANA BARONI BECKER MAEDA, brasileira, empresária, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, nascida em 19/03/1983, natural de Porto Alegre/RS, portadora da carteira de identidade nº 1084541091, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob nº 004.256.730-06 e

FERNANDO SATOSHI MAEDA, brasileiro, empresário, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido 18/05/1980, natural de Porto Alegre/RS, portador da Carteira de Identidade nº 1074209683, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF sob nº 970.230.000-20, ambos residentes e domiciliados em Viamão-RS, a rua Pardal, nº 498, Condomínio Buena Vista.

Sócios da sociedade limitada **ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 89.624.373/0001-47, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 270, coj. 305, CEP 90020-060, Porto Alegre/RS, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 43.200.720.711, em 01/02/1984, e posteriores alterações, resolvem na melhor forma de direito, Alterar e Consolidar o seu Contrato Social como segue:

1- ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A empresa passa a ter sua sede na rua dos Andradas, nº 955, sala nº 401, Bairro Centro, em Porto Alegre – RS , CEP 90020-006.

2 – ALTERAÇÃO NOME FANTASIA

A sociedade passa ter seu nome fantasia de **M. A. TRAVEL SOLUÇÕES EM VIAGENS**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não alcançadas por este instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Após as alterações efetuadas, os sócios resolvem consolidar o seu contrato social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



CONTRATO SOCIAL

250

DA DENOMINAÇÃO, SEDE OBJETO E DURAÇÃO

Primeira: ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME, é uma sociedade limitada, regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais e aplicáveis, e utiliza o nome fantasia M. A. TRAVEL SOLUÇÕES EM VIAGENS.

Segunda: A sociedade tem por objeto social a dedicação exclusiva as atividades de agência de viagens, turismo e eventos, conforme legislação em vigor.

Terceira: A sociedade iniciou suas atividades em 01/02/1984 e tem duração por tempo indeterminado, podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Quarta: A sociedade tem sua sede na rua dos Andradas, nº 955, sala nº 401, Bairro Centro, em Porto Alegre - RS, CEP 90020-006.

DO CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE

Quinta: O capital é de 188.500,00 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais), dividido em 188.500 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional, distribuído da seguinte forma:

FERNANDO SOTOSHI MAEDA	detém	94.250 cotas	R\$ 94.250,00	50%
TAHIANA BARONI BECKER MAEDA	detém	94.250 cotas	R\$ 94.250,00	50%
TOTAL		188.500	R\$ 188.500,00	100%

Sexta: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Sétima: As cotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração pertinente.

Parágrafo Único: A aquisição de cotas do sócio retirante, pela sociedade será feita com a utilização de fundos disponíveis e sem ofensa ao capital social.

Oitava: O cotista que quiser transferir suas cotas de capital ou parte delas, comunicará por escrito à sociedade, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso,

se a sociedade não tiver exercido o direito de preferência que lhe é assegurado na cláusula anterior, e ainda se o sócio remanescente também não interessa a aquisição das cotas oferecidas, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

251

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Nona: A sociedade será administrada por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições administrativas, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alinear bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Parágrafo Único: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes, que será levada à conta de Despesas Gerais.

DO EXERCÍCIO, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Décima: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sócia administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a liberação do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Décima Primeira: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que levantar-se-á o balanço da Sociedade e demais demonstrações financeiras, na forma e nas condições determinadas em lei.

Parágrafo Primeiro: Os resultados apurados serão distribuídos entre os sócios, não havendo necessidade de se observar a participação dos sócios na capital social para essa distribuição, depois de constituídas as reservas exigidas em lei ou as que forem julgadas oportunas.

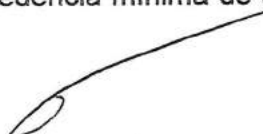
Parágrafo segundo: Os lucros apurados em balanço anuais serão divididos entre os sócios na proporção de suas participações no capital social, salvo se deliberado em contrário pelos sócios que representam $\frac{3}{4}$ (três quartos) ou mais do capital social. Entretanto, a critério da administração, poderão ser mantidos em cotas de fundo de reservas, ou em suspenso, de acordo com os interesses da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais prejuízos, apurados em balanços anuais, serão suportados pelas sócias, na proporção das cotas de capital por elas subscritas; entretanto será facultativo à administração mantê-los em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros, desde que permitido pela legislação.

Décima Segunda: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as cotas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DE RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Décima Terceira: Manifestada, por escrito, a intenção de um ou mais sócios de se retirar da sociedade, com um antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá o outro



sócio optar entre a dissolução de sociedade ou a compra das cotas do sócio retirante, apurados e pagos seus haveres na forma e nos prazos da décima quinta cláusula.

Décima Quarta: Os sócios de detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social integralizado, poderão a qualquer tempo, por qualquer motivo, excluir da sociedade um ou mais sócios. Tenho para tanto, poderes para alterar seu contrato social.

Décima Quinta: As cotas de capital do sócio retirante, excluído ou inabilitado, serão apuradas na proporção em que estiverem integralizadas, conforme Balanço que se levantará até trinta dias após o evento. Tão somente para efeito de apuração do valor real do Patrimônio Líquido. Os bens móveis e imóveis da sociedade serão considerados pelos valores registrados na contabilidade, não cabendo avaliação pelo valor de mercado. A sociedade poderá pagar as cotas do sócio retirante, excluído ou inabilitado em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juro anual de 12 %

Décima Sexta: Em caso de morte ou de interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá. As cotas do falecido a cargo da maioria simples do capital social, aceitar ou não como sócio os herdeiros legais.

DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Décima Sétima: Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão os liquidantes, determinando seus poderes, função e remuneração. O valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva, em relação a seu sócio.




DO DESEMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Décima Oitava: As divergências, que por ventura surgirem entre os sócios, serão dirigidas por árbitros, competindo a cada sócio a escolha de um, em caso de empate, escolherão um terceiro para proferir a decisão.

Décima Nona: A sociedade, em qualquer tempo, poderá transformar o seu tipo jurídico em outro.



Vigésima: A modificação do Contrato Social dar-se-ão de acordo com a o artigo 997 á 999 do Novo Código Civil.

Vigésima Primeira: A sócia administradora declarará, sob as penas de lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime familiar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Vigésima Segunda: Fica eleito o foro de Porto Alegre/RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem juntos e contratados, assim a presente Alteração e Consolidação do Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Porto Alegre, 02 de dezembro de 2013.


TAHIANA BARONI BECKER MAEDA

CPF 004.256.730-06


FERNANDO SATOSHI MAEDA

CPF 970.230.000-20





ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

PREGÃO Nº 0777/2016

RESPOSTA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVO INTERPOSTOS PELAS EMPRESAS SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME E EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA.

No dia 11 de outubro de 2016, às 13hs13min, foi protocolizado pela empresa SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME, no Setor de Protocolo desta Universidade, o Recurso Administrativo frente ao resultado do Pregão Presencial 0777/2015, para o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO COTAÇÃO, RESERVA EMISSÃO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, BEM COMO DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS PARA ATENDER A UDESC.**

No mesmo dia, às 15hs11min, foi protocolizado outro recurso pela empresa EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA. Ambos recursos seguiram os trâmites dispostos no edital em epígrafe. Diante disto, passamos a nos posicionar, conforme determinação do art. 4 da Lei 10.520/02.

DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Inicialmente, cabe apreciar o requisito admissibilidade dos recursos, ou seja, se foram apresentados dentro do prazo e condições estabelecidas para tal.

Desta forma, o subitem 11.2 do Edital da licitação em questão dispõe:

“Ao final da sessão, o licitante que desejar interpor recurso contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual período, contado a partir do término do prazo do recorrente ou da apresentação do recurso pelo recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos.”

No caso da admissibilidade dos recursos, considerando que a sessão ocorreu no dia 06/10/2016 e os recursos interpostos no Protocolo da Udesc em 11/10/2016, consideram-se estes tempestivos, atendendo aos pressupostos de aceitabilidade dispostos no Edital, bem como na Lei 10.520/2002 em seu art. 4º, inciso XVIII.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que, cumprindo as formalidades legais, no dia 11/10/2016, foram todos os demais licitantes cientificados da existência e conteúdo dos Recursos Administrativos interpostos, conforme comprovam os documentos acostados ao processo de licitação (fls. 240), que dispôs do prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data do recebimento da comunicação para contrarrazoá-lo.

No dia 14/10/2016, foi recebida as contrarrazões da empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA enviadas via Sedex. Assim sendo, consideramos as contrarrazões tempestivas.

RELATÓRIO

A sessão pública foi aberta às 14 horas, do dia 06 de outubro de 2016, no Plenarinho da Reitoria. Apresentaram propostas as empresas: Arancibia Viagens Ltda EPP, SLC Serviços Aeroportuários Ltda ME, VTC Soluções em Turismo Eireli EPP, Emcatut Viagens e Turismo Ltda, P&P Turismo Ltda EPP, Meiru Viagens Eireli EPP, DF Turismo e Eventos Ltda ME e Voetur Turismo e Representações Ltda, sendo que apenas estas três últimas não apresentaram representantes devidamente credenciados para a sessão.

Desta feita, iniciou-se a fase de lances pelas empresas que apresentaram valores dentro do percentual estabelecido em lei. Ao final, a empresa ARANCIBIA VIAGENS o valor mais baixo conforme estipulado em Edital.

Aberto o envelope de habilitação, este pregoeiro questionou aos demais representantes o interesse em dar vistas aos documentos da empresa vencedora. Ato contínuo, o representante da empresa SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME alegou que a IATA (*International Air Transport Association*) apresentada pela vencedora do certame não era compatível com o nome inscrito no Contrato Social da mesma. Da mesma forma, a representante da EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA alegou que o valor licitado era inexequível. Assim, ambas empresas manifestaram em sessão, interesse em apresentar recurso.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

DA ANÁLISE DO RECURSO

Trata-se de recursos interpostos contra decisão deste pregoeiro, que declarou como vencedora do certame a empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA. Para uma melhor organização, adotaremos:

- Recurso 01: interposto contra decisão de habilitar a vencedora do certame diante da apresentação do IATA em nome de M.A. TRAVEL OPERADORA, por SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME, agora denominada Recorrente 01.
- Recurso 02: interposto alegando que os valores licitados eram inexequíveis pela empresa vencedora da fase de lances, por EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA, agora denominada Recorrente 02.

MÉRITO

Em que pese os argumentos de ambas recorrentes, não há o que se falar em análise do Edital após a abertura da sessão, visto que não houve pedido de impugnação, dentro do prazo legal, por nenhuma das partes interessadas no processo licitatório.

No tocante a ausência de vínculo alegada no Recurso 01, bem como o uso de documentação “emprestada”, foram afastados por este pregoeiro levando em conta várias alegações, conforme demonstradas a seguir.

Inicialmente, a empresa vencedora do certame apresentou seu contrato social em nome de ARANCIBIA VIAGENS LTDA EPP e, conforme consta neste, se utiliza do nome fantasia M. A. TRAVEL SOLUÇÕES EM VIAGENS. A partir disto, podemos simplificar que a alegação precípua do Recurso 01 se resume ao uso de “OPÉRADORA” ao lugar de “SOLUÇÕES EM VIAGENS” na IATA. É importante ressaltar que, durante a sessão, os representantes da empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA e P&P TURISMO LTDA EPP confirmaram ser a IATA um documento de difícil emissão, enviado uma única vez ao ano pelo seu órgão responsável para seus conveniados.

Este documento internacional padrão é emitido sem número de CNPJ, logo, a única forma de identificar o favorecido é através do nome apresentado. A empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA alega em contrarrazões que alterou seu nome fantasia após a emissão da IATA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

Desta forma, caso a Administração se posicionasse contra a nomenclatura atestada no certificado, estaria impondo um rigor excessivo sem trazer benefício algum ao processo licitatório, prevalecendo a verdade formal sobre a verdade material, o que não é o objetivo da Administração, conforme preconiza Celso Antonio Bandeira de Mello:

“Consiste em que a Administração, ao invés de ficar restrita ao que as partes demonstrarem no procedimento, deve buscar aquilo que é realmente a verdade, com prescindência do que os interessados hajam alegado e provado[...]” (MELLO, 2007, p. 489)

Equivoca-se o recorrente 01 ao identificar que a troca de denominação pelo órgão internacional emissor da IATA se equivalha a não apresentação do Contrato Social pelo licitante, visto que a empresa habilitada apresentou todos os documentos solicitados em Edital. O recorrente 01 também difere da nossa interpretação quanto a idoneidade da vencedora quando afirma “Não se pode usar documentos de terceiros **sem haver o respectivo contrato de consolidação entre consolidada e consolidadora, prova de vínculo que respalda a utilização** de documento “emprestado”.”.

Para concluir essa dubiedade, a empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA já prestou serviço à Udesc em ano pregresso, vencendo pregão semelhante. Assim sendo, a Administração não pode abrir mão do Princípio da Verdade Material ao ignorar conhecimento do fato do nome fantasia anterior da empresa.

Ora, está evidente que a empresa recorrida não é uma simples “aventureira” do ramo, que é capaz de emitir passagens aéreas internacionais, objetivo este da emissão da IATA.

Passando para as alegações expostas pelo Recurso 02, trata-se de verificação de condições de execução do valor licitado.

Neste ponto, não há muito o que se estender além da manifestação da vencedora que aponta em suas contrarrazões conseguir arcar com os custos mínimos da demanda solicitada, mantendo seu equilíbrio financeiro, além de reconhecer as consequências em caso de não cumprimento contratual. Aqui também adicionamos o fato da mesma, conforme norma editalícia, haver entregue a Declaração de cumprimento das condições de habilitação (Anexo X do referido Edital).

Entendo não haver cumprido nenhum dos requisitos que apontam para incapacidade de atender a demanda solicitada. Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecuibilidade de preços nas seguintes situações:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

“A inexecutabilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração.” (MEIRELES, 2010, p. 202).

A recorrente 02 questiona o Edital alegando necessidade de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, porém, como apontado anteriormente, não há o que se falar em análise do Edital após o prazo legal para impugnação.

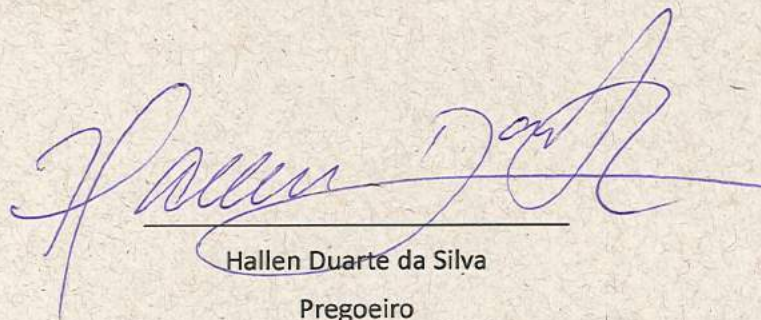
Para encerrar, entendo que tanto a primeira quanto a segunda colocada na fase de lances não se valem da planilha de dos custos apresentados pela recorrente 02, afastando assim, qualquer entendimento incontestável de inexecutabilidade.

DA DECISÃO

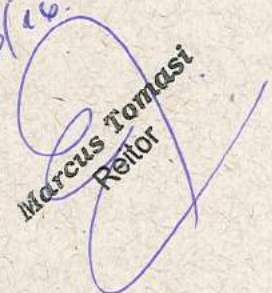
Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE as razões recursais apresentadas, mantendo a decisão de habilitar a empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA, vencedora da fase lances e, por consequência, adjudicá-la, salvo melhor juízo do Magnífico Reitor.

Encaminho os autos ao gabinete para manifestação.

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.



Hallen Duarte da Silva
Pregoeiro

DE ACORDO.
24/10/16.

Marcus Tomasi
Reitor